

## UMA REFLEXÃO SOBRE A BIOPOLÍTICA NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Roberto Freitas dos Santos\*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo estudar acerca das opiniões de Hannah Arendt sobre os campos de concentração como lugar do aniquilamento do humano, visando refletir sobre a possibilidade de encontrarmos traços de uma biopolítica nos registros da pensadora judia alemã. Neste intuito, trataremos sobre a valorização da vida do homem enquanto ser livre. A exposição estabelecida pela escritora nos favorecerá pensar como que o mundo contemporâneo vem cada dia mais sendo palco de experiências de extermínio, instaurando assim um clima de hierarquização entre umas vidas que valem mais que outras, esvaziando-se da liberdade enquanto valor para exaltação da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Arendt. Biopolítica. Campo de concentração. Esfera pública. Totalitarismo.

## A REFLECTION ON BIOPOLITICS IN THE THOUGHT OF HANNAH ARENDT

**Abstract:** The presente work aims to study the opinions of Hannah Arendt on concentration camps as a place for the annihilation of the human, to reflect on the possibility of finding traces of a biopolitics in the records of the German Jewish thinker. To this end, we will deal with the valorization of man's life as a free person. The exhibition exhibited by the writer will help us think about how the contemporary world is increasingly being the scene of extermination experiences, thus establishing a climate of hierarchy between some lives that are worth more than others, emptying freedom as a value for the exaltation of the human person.

**Keywords:** Arendt. Biopolitics. Concentration camp. Public sphere. Totalitarianism.

---

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade federal do Piauí – UFPI. E-mail: robertofreitas@live.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito refletir sobre a relação entre a vida humana e a política (que na filosofia contemporânea é definido como biopolítica<sup>173</sup>), tendo como base o pensamento de uma das mais renomadas filósofas da política contemporânea: a saber, Hannah Arendt. É importante fazer notar que os registros arendtianos jamais deixam explícitos que ela desejou escrever sobre o tema da biopolítica. A respeito disso, muito se tem debatido sobre concepções desta filosofia, na qual reverberam grandes discussões. Na esteira desses debates, a leitura dos escritos da nossa autora, nos proporciona encontrar traços de uma biopolítica. A leitura de artigos dos intérpretes dessa obra tornará o solo deste nosso trabalho mais fértil.

Por conseguinte, num primeiro momento aproximaremos o pensamento de Hannah Arendt com tema da biopolítica, sobretudo, a partir das leituras da nossa pensadora alemã, no que se refere ao totalitarismo apresentado em sua obra magna, a saber; *“As Origens do Totalitarismo”* (1951), e após esse movimento, abordaremos a cerca do que a filósofa judia relata a partir das esferas do público e do privado em *“A Condição Humana”* (1958). Conforme esses procedimentos, nós passaremos a pensar num processo de politização da dimensão natural e biológica da vida do ser humano.

Destarte, nos debruçamos sobre a leitura dos textos que propiciam o aporte teórico deste trabalho, encontramos no pensamento de Hannah Arendt – especialmente nos seus relatos sobre os campos de concentração –, elementos importantes para a aproximação da autora com o tema da biopolítica. Vale ressaltar a importância perceptiva da pensadora alemã de que como seres humanos que somos, precisamos da ação política pela qual se exerce o direito de participar das decisões que venham a ser tomadas – os assuntos públicos –, principalmente no que se refere à vida, e também para a vida das futuras gerações que virão após a nossa e, constituindo assim o mundo “[...] como uma obra das mãos humanas, que perdura de geração em geração [...]” (PASSOS, 2018, p. 276), onde todos possam realizar-se de alguma forma. Sobretudo, no referente aos assuntos que são de interesses de todas as pessoas.

---

<sup>173</sup> É importante ressaltar que “[...] o conceito de biopolítica foi cunhado, originalmente, por Michel Foucault [...]” (SILVA, p. 08), e depois dele, o termo vem ganhando assim uma maior ênfase, sobretudo no campo da filosofia política.

## 2 O conceito de biopolítica a partir do totalitarismo

A categoria da biopolítica está instaurada no centro do debate ético-político do mundo contemporâneo, especialmente daquele que nasce no imediato pós-guerra. A política na contemporaneidade é ampla e popularmente definida como uma tentativa de gerenciamento da vida do ser humano em seu estado biológico e natural. Nesse interim discursivo que se instaurou após os eventos catastróficos protagonizados por sistemas totalitários, especialmente o nazismo, os escritos da pensadora judia alemã Hannah Arendt, apresentam-se como uma fonte importante de reflexão, que nos permitem pensar na possibilidade de uma política assentada no exercício do poder enquanto ação conjunta, e livre.

Esse processo reflexivo após o holocausto judeu nos campos de concentração, locais “nos quais ocorre a degradação total da dignidade humana” (FELIZARDO; OLIVEIRA, 2017, p. 433), nos leva a perceber que o homem enquanto sujeito pensante, não possuía a dimensão da sua decência humana respeitada e valorizada, tornado assim como um animal matável. Dessa forma, o ser humano perde a sua liberdade de ação, e permanece aprisionado em espaços, que não proporciona a mínima possibilidade de dignidade humana ou direito de ir e vir.

Os campos de concentração assim como relatado por Arendt em seus escritos demonstram “[...] realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano [...]”, (ARENDR, 1989, 506), fazendo assim com que as vidas fossem ceifadas, sem que aqueles que estavam alí prestes a ser reduzida ao “estado de nada” – a forma como os judeus, semitas, homossexuais, negros e outros eram tratados até serem exterminados –, tivessem o direito de terem sua condição humana mais básica respeitada: a sua vida biológica.

Dessa forma, o totalitarismo assim empregado pelos nazistas, “[...] com sua ideologia de que tudo é possível, busca destruir todas as relações e espaços que tornam possíveis a dignidade humana [...]” (SILVA, 2017, p. 273), reduzindo a vida biológica do homem ao seu estado ínfimo. Nas palavras de Arendt:

O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, ficam mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido,

porque o horror compele ao esquecimento [...] ou porque o campo está superpovoado e há necessidade de liquidar o material humano supérfluo (ARENDR, 1989, p. 493).

Nota-se que os campos de concentração e extermínio eram o lugar de desumanizar<sup>174</sup> totalmente o homem e “[...] o da transformação dos homens em cadáveres vivos – é a morte da pessoa jurídica, a exclusão da proteção jurídica [...]” (AGUIAR, 2012, p. 150), pois era como se estivesse mortos no mundo dos vivos, e o horror os levava ao esquecimento total de que os mesmos eram seres humanos – a morte da pessoa jurídica é a forma com a qual todos os direitos são retirados –, mas, humanos que não tinham importância, e eram liquidados como material descartável, sem a mínima importância possível.

A tentativa de um governo totalitário é proporcionar aos seus cidadãos a não participação no mundo público, isto é, não condiz com aquela aceção dada a política na *pólis* da Grécia<sup>175</sup> antiga. Na *pólis*, o homem enquanto cidadão estava em igualdade com todos os demais, participando assim das decisões livremente tomadas, naquilo concernente relacionado ao terreno dos assuntos humanos. Diferentemente desta proposta de vida política dos gregos antigos, o totalitarismo impôs aos seres humanos mediante a ideologia e o terror, um modo de vida esvaziado da autêntica expressão de humanidade. Essas características nos levam a perceber, que as formas de governos totalitários manipulam a vida humana a fim de atingirem objetivos políticos, faziam da política um meio de gerenciamento controlador da vida biológica.

No fenômeno totalitário instaurado durante o governo nazista assim como Arendt apresenta em “*As Origens do Totalitarismo*”, é possível notar que há uma tentativa de domínio total da vida e, “[...] a transformação da natureza humana, visando à redução biopolítica dos indivíduos à ‘vida nua’ [...]” (SILVA, 2012, p. 274). Observa-se ainda o fato de que esse modo de organização dos assuntos humanos destrói as relações e os espaços criados para a realização da humanidade dos seres humanos. Esse

---

<sup>174</sup> Para Arendt a expressão máxima da condição humana se dava na realização da ação. Através da ação e do discurso que manifestam ao mundo *quem* os homens de fato são e os realiza na sua humanidade. De acordo com essa visão, os seres humanos se distinguem dos animais porque vivenciam a ação e o discurso, mais do que pela mera capacidade de raciocinar (cf. AGUIAR, 2004, p. 08). Tendo o totalitarismo esvaziado o espaço da ação e alienado o discurso, o homem fora desumanizado.

<sup>175</sup> “Na perspectiva antiga, a esfera pública é o espaço em que entram somente ações (*práxis*) e palavras (*lexis*) que dignificam o homem, que o tornam distinto do animal humano” (AGUIAR, 2004, p. 9).

processo de destruição culmina na redução do cidadão à sua condição biológica, e proporciona a eliminação de todo àquele que é suspeito de estar contra o regime.

Talvez soe estranho afirmarmos que nos escritos arendtianos há elementos que nos levam e permitem pensar as questões da biopolítica. Entretanto,

[...] o leitor mais familiarizado com a obra arendtiana percebe claramente o quanto as suas análises conceituais sobre o totalitarismo revelam elementos biopolíticos, principalmente no que concerne aos campos de concentração e à pretensão de domínio total dessa nova forma de governo. Além desse aspecto, Arendt compreendeu que desde os primórdios da Era Moderna, a política, de lugar apropriado para a ação, passou a priorizar o trabalho como a atividade mais proeminente da *vita activa* [...] (SILVA, 2012, p. 275-276).

Aqui Arendt, nas palavras de Elivanda Oliveira Silva, relata que os campos de concentração eram o lugar de dominação total da vida humana, e “a aniquilação e perda de sua identidade” (FELIZARDO; OLIVEIRA, 2017, p. 434). Dessa maneira, notamos que a forma de governar de um regime totalitário, não tem por prioridade conservar a dignidade da vida humana, mas o seu contrário: o aniquilamento.

Após os grandes acontecimentos das guerras mundiais, e com o passar dos anos, fica perceptível que as técnicas biopolíticas ganharam novas formas, isto é, na contemporaneidade muda constantemente (e tende a mudar de modo cada vez mais acelerado) as configurações da tentativa de manter o domínio sobre a vida humana. Já não é mais o campo de concentração o lugar onde se domina a vida, mas, o trabalho para a manutenção da mesma que ganha espaço. O trabalho<sup>176</sup> passa a ser a coisa mais importante na vida do homem. Nesse contexto, é comum o fato dos homens se esquecerem da importância da participação na política. Vai perdendo o lugar da ação, e passa o homem de sujeito da ação para o homem laborante, que se preocupa apenas com o trabalho para a manutenção da vida. Nesse sentido, a contemporaneidade nos propicia

---

<sup>176</sup> Arendt ao distinguir as atividades que compõem a vida activa dos homens apresenta uma tríade: o trabalho (*work*) diz respeito à condição humana da vida biológica; a fabricação (*labor*) se relaciona a condição da não-naturalidade, mundanidade; a ação (*action*), única atividade que ocorre exclusivamente entre os homens, refere-se a condição humana da pluralidade (ARENDR, 2007, p. 15). Ao falarmos sobre o trabalho, queremos dizer que a dimensão do mero sustento biológico, colonizou as demais atividades humanas, subvertendo tudo ao signo da sobrevivência da dimensão biológica da vida. Como essa é uma atividade que é típica da vida privada, ocorre, pois a redução da política a mera preocupação social. Este argumento é amplamente desenvolvido por Arendt no capítulo VI (*A victa activa* e a Era moderna) de *A condição humana* (ARENDR, 2007, p. 268-338), entretendo dado o carácter apenas ensaístico desta reflexão, não nos debruçaremos nas nuances desse percurso da autora.

pensarmos que o trabalho<sup>177</sup> possa ser uma das coisas mais importantes da vida do ser humano, e por isso, muitos homens se esquecem da ação participativa política. A atividade da política no contexto atual é amplamente considerada apenas como um instrumento para manutenção da dimensão biológica da vida.

[...] o modo como a política vem sendo levada a cabo, na atualidade, ou seja, uma política sobre a vida, que encontra sua razão de ser, justamente, no cuidado e na manutenção da vida em si, mesmo que tal preservação ocorra à custa do ofuscamento da novidade e da ação livre e espontânea [...] (SILVA, 2012, p. 17).

Conseqüentemente, se compararmos o modo como a política atual funciona no que diz respeito à manutenção da vida, percebemos a implementação do ciclo infundável do sustento da vida biológica nas demais esferas da vida humana. O sujeito fabrica novos artifícios e vai à esfera da política tendo em mente a reprodução do processo de se alimentar, dormir, acordar. Nesse processo o homem perde sua capacidade de agir espontaneamente, capacidade esta tão elementar para a política. Diz Arendt que “[...] nessas condições, a única coisa que sobrevive é o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo [...]” (ARENDR, 1989, p. 527).

Nessa esteira de colonização da vida humana, percebemos ainda o fato de que os debates éticos e políticos das nossas modernas democracias liberais, propiciam ao ser humano uma vaga sensação de liberdade. Isso se dá porque o *animal laborans*<sup>178</sup>, só é capaz de conceber a liberdade como desprendimento dos assuntos públicos que o capacite para o zelo dos assuntos privados: sua subsistência biológica. Por isso, ele não dá à política seu devido valor. Para ele, seus afazeres lhe deixam livre de participar das ações da política. Neste espaço do vazio da participação dos homens nos assuntos públicos é que surgem técnicas que visam controlar a vida humana, e determinar o homem no mais íntimo dos aspectos de sua vida. Recusando-se e impossibilitando-se de agir, reservando-se a apenas trabalhar, o homem instrumentaliza-se.

---

<sup>177</sup> A ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de fazer e fabrica, exceto que para fazer dada a sua mundanidade e inerente indiferença à vida, era agora visto como apenas outra forma de labor, como função mais complicada mas não mais misteriosa do que o processo vital (ARENDR, 2007, p. 335).

<sup>178</sup> Sujeito da atividade do trabalho, o *animal laborans* é “o sujeito aos processos devoradores da vida e constantemente ocupado com eles, a durabilidade e a estabilidade do mundo são basicamente representadas pelos operários os instrumentos e ferramentas que utiliza; numa sociedade de operários, os instrumentos podem perfeitamente assumir caráter ou função mais que meramente instrumental” (ARENDR, 2007, p. 157).

“Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos” (ARENDR, 2007, p. 31). Desse modo, é preciso perceber agora como o processo pelo qual uma atividade específica (o trabalho) emancipou-se das demais, e afeta essa composição do espaço *entre* típico do campo dos assuntos humanos. Em Hannah Arendt, essa reflexão sobre espaço e a ascensão do trabalho, está contida na irrupção da chamada esfera do social.

## 2.1 A atividade humana nas esferas pública e privada

Originalmente, tudo que dizia respeito à vida humana, se relacionava a duas esferas, a saber: a esfera pública e a esfera privada. Ocorre, pois, que a transformação no campo dos assuntos humanos manifesta-se também nessas questões especiais. Com isso, surge o problema da chamada esfera do social como lugar onde se realiza esse modo colonizado da política. Entretanto, para a compreensão deste aspecto é necessário primeiro entender o que Arendt entende por essas esferas tradicionais.

Pois bem, por esfera pública assim como apresenta Hannah Arendt, podemos entender aquilo que “[...] vem a público [e] pode ser visto e ouvido por todos” (ARENDR, 2007, p. 59). É ainda, “nessa esfera, [que] o homem adentra como ser livre, capaz de tomar atitudes e agir espontaneamente, sem o constrangimento das necessidades ou forma outra de coação” (AGUIAR, 2004, p. 9-10). Na esfera pública o ser humano é livre para exercer suas ações com e contra os demais cidadãos. A própria etimologia da palavra “público” esclarece esse fato ao designar o “[...] mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDR, 2007, p. 62). Em síntese a esfera pública é o lugar onde está inserido todo cidadão que deseja participar dos assuntos públicos através de atos e palavras, ou seja, é o espaço da política.

Arendt costuma descrever esse espaço como o sentar-se à mesa (*cf.* (ARENDR, 2007, p. 62). Esta alegoria é usada para significar a responsabilidade de estar convivendo habitualmente em comunidade com os demais. Essa capacidade de estar entre os homens agindo e falando uns com os outros e uns contra os outros, é resguardada pelo equilíbrio entre o público e privado. Somente com o espaço privado

resguardado é que o homem pode ascender ao público tendo como certeza de haver um lugar onde pode proteger-se em determinados momentos, da luminosidade típica do mundo público.

A esfera privada, por sua vez, diz respeito aos temas da individualidade do lar e do sujeito enquanto indivíduo isolado. A preocupação principal dessa esfera é o seu sustento biológico e de sua prole. Em linhas gerais, na esfera privada o cidadão não manifesta-se aos seus pares, e “[...] o que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (ARENDT, 2007, p. 68).

Através dessa argumentação de Arendt, percebemos que a privatização torna ausente a presença do homem nos assuntos que diz respeita a todos; a saber, os assuntos públicos. O não deixar-se conhecer está atrelado a perda do interesse pela ação no espaço público, não corroborando com a devida importância ao comum. Nota-se nessa dimensão, que há uma falta de interesse de agir conforme seu lugar no mundo, o que lhe importa é apenas a manutenção da sua vida biológica. A partir disso, na medida em que a atividade típica desse espelho (o trabalho) ascende aos demais espaços, são manifestando os interesses do privado no referente ao domínio do que público.

Esse processo originou uma terceira esfera: a esfera do social. A esfera social surge como

[...] resultado de um certo hibridismo entre as esferas privada e pública e se põe na perspectiva que, segundo Arendt, constituiu uma característica específica da modernidade [...]. O social retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades. Com a ascensão do social, as atividades executadas privadamente passaram a ter importância pública e o que era típico do público passou a ser um luxo (AGUIAR, 2004, p. 10).

Resultado este que é visto negativamente por Arendt, porque no social a partir da modernidade, causa um horizonte de falsa liberdade no homem, e

diante desse movimento que acontece no interior da era moderna, a partir do qual se inaugura o surgimento da esfera social, o domínio híbrido que amalgama as esferas privada e pública, fazendo com que os assuntos de interesse coletivo sejam substituídos pelos interesses



privados com “cara” e “jeito” de interesses do todo da sociedade [...] (PASSOS, 2018, p. 284).

A instauração desse terceiro espaço surgido na fronteira entre o público e o privado, e turvando as distinções entre as questões e interesses entre ambas as esferas, é de grande relevância para compreender o estado da política na modernidade, e perceber como o elemento biopolítico da manutenção da vida está arraigado nas análises de nossa autora sobre a modernidade. O fato é que tanto a esfera pública – que garante a liberdade do homem e sua ação participativa na vida e no espaço público –, quanto à privada – que garante a manutenção da vida biológica como bem supremo –, deveriam estar de acordo com o social na modernidade, demonstra que o trabalho enfim bradou vitória sobre as demais atividades da vida ativa.

Nas concepções contemporâneas de política, já não interpreta-se o social como algo irrelevante, ele se torna proeminente na participação do homem no espaço público. Se no ciclo infundável da necessidade típica do trabalho, o homem não é livre, no espaço destinado a manutenção desse ciclo, o sujeito também não será. Desse modo, na esfera social o homem não é livre. Ele tem uma falsa sensação de liberdade. “Isso significa o fim da liberdade para agir, começar algo novo, fundar comunidades, e o cerceamento da dimensão espiritual [...]” (AGUIAR, 2004, p. 13). Pois, devido a essa falsa impressão causada pela esfera do social, o ser humano acredita que está livre, pelo fator de sua ascensão da subsistência de sua vida humana por meio das coisas adquiridas pelo trabalho. Porém, o mesmo permanecerá sem sua liberdade para ação, criação de novas coisas, e por fim, nos assuntos comuns a todos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho, não consiste em esgotar a discussão sobre os elementos biopolíticos do pensamento de Hannah Arendt, mas apenas explorar suas leituras a partir do totalitarismo, a vitória do *animal laborans*, e a ascensão do social, numa chave de leitura biopolítica. Dada à dificuldade de tal empreita, é evidente que estes não são os únicos elementos do seu pensamento que nos auxiliam numa leitura biopolítica de sua obra, mas certamente consistem em alguns dos principais.

Essa leitura da obra de Arendt nos auxilia a pensar as relações de extermínio do mundo de hoje. Na sociedade hodierna, já não contamos mais com os campos de concentração onde inúmeras pessoas eram levadas para serem despidas de sua dignidade. Entretanto, os germes que moveram esses eventos continuam presentes em novas formas de extermínios de seres humanos.

Essas práticas se perpetuam, na medida em que a esfera do social se solidifica ganhando ascensão cada vez mais. Com o surgimento dessa nova esfera, os assuntos públicos são invadidos por uma falsa sensação de liberdade, deturpando assim a ordem comum da vida humana. Diferentemente desta proposta do social, portanto, deve-se ou deveriam ser criadas novas formas pelas quais todas as pessoas sem distinção, pudessem exercer sua liberdade ocupando o espaço público, porque “[...] é nesse espaço que os homens dão sentido a sua permanência no mundo [...]” (SILVA, 2012, p. 22), e a partir do espaço público, os seres humanos dão sentido a sua vida, discutido os problemas que são de interesse de todas as pessoas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Odílio Alves. A recepção biopolítica da obra de Hannah Arendt. *Conjectura*, Caxias do Sul, RS. v. 17, n. 1, p. 139-158, jan./abr. 2012.
- AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, SP. 27(2), p. 7-20. 2004.
- ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. de Roberto Raposo e revisão de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FELIZARDO, Jéssica Tatiane; OLIVEIRA, José, Luiz de. As análises de Hannah Arendt acerca dos campos de concentração e suas relações com o “holocausto brasileiro”. *Mental* – v. 11- n, 21 – Barbacena-MG – Jul-Dez 2017. p. 431-444.
- PASSOS, Fábio Abreu. Vida (*zoé*), mundo e política: uma reflexão sobre os aspectos biopolíticos no pensamento de Hannah Arendt. *Philósophos*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 275- 306, janeiro/junho. 2018.

SILVA, Elivanda de Oliveira. **A transformação da natureza humana nos governos totalitários e a ascensão do *animal laborans* na esfera pública: uma leitura biopolítica da obra de Hannah Arendt.** Fortaleza: UFC, 2012. 97 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SILVA, Elivanda de Oliveira. Hannah Arendt e Agamben: o totalitarismo como categoria biopolítica e a politização da vida nas sociedades democráticas liberais. **Kalagatos**, v. 14, n. 2, p. 281-287, maio/agosto. 2017.